

**«COM GRANDE SOLENIDADE E MUITAS LÁGRIMAS»:
ÊNFASE LITÚRGICA, DRAMATURGIA, IDENTIDADE DO
PODER E DA JURISDIÇÃO EPISCOPAL (SÉCS. XVI-XVIII)*
LITURGIC EMPHASIS, DRAMATURGY,
IDENTITY OF POWER AND EPISCOPAL JURISDICTION
(XVIth-XVIIIth CENTURIES)**

PAOLA NESTOLA
nestolap@gmail.com
Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
ORCID: 0000-0003-1680-5690

Texto recebido em / Text submitted on: 28/07/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 29/09/2017

Resumo:

A partir de dois relatos da biografia do arcebispo de Braga, D. Fr. Agostinho de Jesus (1588-1609), este estudo visa considerar um momento intenso de mani-

(*) Uma versão preliminar deste texto foi apresentada durante a 19.ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, no ciclo de estudos «A Identidade do Poder Religioso: cores, símbolos, emoções», organizado na FLUC pelo CHSC, no dia 22 de março de 2017. Para a conclusão deste artigo foram muito relevantes as sugestões dos participantes naquele ciclo de estudos (Senhores Professores: José Pedro Paiva, Saul Gomes, Maria do Rosário Morujão, Irene Vaquinhas, Isabel Mota), e as observações críticas dos avaliadores científicos desta Revista e ainda a revisão do português pela minha colega Dr.ª. Maria Amélia Campos: a todos quero expressar o meu sincero agradecimento.

festação e de reconhecimento da identidade do poder e da jurisdição episcopal em Portugal. Centrado na cerimónia inédita solene da imposição do pálio – a faixa distintiva atribuída a arcebispos e primazes – o artigo está organizado em cinco partes. A primeira analisa o recente quadro historiográfico sobre a cerimonialidade política no âmbito da Igreja portuguesa e das suas hierarquias, nomeadamente as entradas episcopais. A segunda contextualiza as diferentes fontes escritas entre Quinhentos e Seiscentos, e os seus autores. A terceira parte esboça um breve perfil do arcebispo, promovido, nos primeiros anos do governo de Felipe II, à principal igreja de Portugal. A quarta considera a invulgar paragem no Convento de Cristo, em Tomar. A última parte visa indiciar e analisar as reacções fisiológicas/psicológicas do protagonista da poderosa liturgia.

Palavras-chave:

Identidade religiosa, Poder e jurisdição episcopal, Cerimónia de instituição, D. Fr. Agostinho de Jesus, Convento de Cristo (Tomar).

Abstract:

Based on two biographical records of the archbishop of Braga, Fr. Augustin of Jesus, the study aims to consider an intense moment of manifestation and recognition of the identity of episcopal power and jurisdiction in Portugal. Centered on the inedited solemn ceremony of the imposition of the pallium, the distinctive band attributed to archbishops and primates, this paper is articulated in five paragraphs. The first one deals with the recent historiography of political ceremonies within the framework of the Portuguese Church and its hierarchies, namely episcopal entries. The second contextualizes the different sources written between the XVIth -XVIIth centuries, and their authors. The third part outlines a brief profile of the archbishop, promoted in the early years of Hapsburg dynasty to the main Portuguese Church. The fourth considers the unusual stop at the Convent of Christ, in Tomar, to attend the distinctive vestment awarding ceremony. The latter part aims to indicate the physiological/psychological reactions of the protagonist of powerful liturgy.

Keywords:

Religious Identity, Power and Episcopal Jurisdiction, Act of Institution, Fr. Augustin of Jesus, Convent of Christ (Tomar).

1. Processos identitários

Este estudo considera um momento relevante da manifestação e do reconhecimento da identidade do poder religioso: um episódio invulgar consumado no final do século XVI, na fase que precedeu a cerimónia de entrada na arquidiocese de Braga do metropolitano D. Fr. Agostinho de Jesus (1588-1609). Este percurso de investigação será guiado, nomeadamente, pelo ritual relativo à imposição do pálio, a simbólica faixa de lã branca. Não devendo ser associado exclusivamente ao pálio-baldaquim, que também era um elemento distintivo da encenação das cerimónias (conforme explica Raphael Bluteau), o *pállio* configurava igualmente um importante sinal das hierarquias eclesiais (Bluteau 1720: 204-205)⁽¹⁾. No caso da liturgia solene que antecedeu a entronização do prelado na Igreja metropolitana da qual dependia a diocese de Coimbra, as lágrimas derramadas pelo arcebispo recém-eleito constituem, possivelmente, um sinal específico do estado psíquico dessa figura eminente do clero português. O episódio litúrgico, inédito na mais recente literatura sobre a biografia do arcebispo recrutado na ordem dos agostinhos (Barbosa Machado 1741: I, 61-63; Moreira Azevedo 2011: 308-311; Almeida 1930: III, 600-602), insere-se num quadro analítico mais amplo, isto é, o da análise das cerimónias desenvolvidas no âmbito da Igreja católica pelos seus agentes.

Tópico de grande interesse historiográfico, quer nacional quer internacional (Bethencourt 1992, 1994; Visceglia-Brice 1997; Dompnier 2009; Cantú 2009; Marcocci-Paiva 2013), a análise das entradas episcopais foi tratada em Portugal no ano de 1993, num estudo pioneiro do Professor José Pedro Paiva, editado no número 25 da *Revista de História das Ideias* consagrado a «Rituais e Cerimónias». Passados quase 25 anos desde a edição desse magistral ensaio, posteriormente articulado com outros estudos fundamentais do mesmo autor sobre liturgias europeias análogas ou de territórios americanos lusófonos (Paiva 2001; 2002a,b; 2006a: 99-104), a temática continua a ser atrativa e aliciante (Paiva 2011b), porque cada vez mais atenta aos protagonistas e aos sistemas territoriais e

(1) Conforme as entradas de R. Bluteau (1720): *pállio* (ornamento das vestiduras) e *pallio*.

simbólico-institucionais nos quais atuavam (Paiva 2016: 194-196)⁽²⁾. De facto, retomando o trabalho sobre as cerimónias eclesiásticas em Portugal:

The analysis of a set of ceremonies in which the Church and its members take part is crucial to understand the awareness that the former and the latter – especially those occupying prominent places – have of their social status, prestige and power (Paiva 2002b: 419).

Estes rumos historiográficos, também evocados no estudo de maior projeção atlântica do mesmo autor, sobre os séculos XVII-XVIII (Paiva 2001: 75), poderiam encontrar correspondência com as palavras de Fr. Jerónimo Roman, autor erudito do final do século XVI, particularmente atento a captar a essência das dignidades eclesiásticas e das suas diferenças estatutárias através de objetos simbólicos:

Usan [los Arçobispos] de cruz en su districto y va delante del por toda su provincia si quiere, pero la mayor auctoridad y cerimonia con que el Arçobispo es mirado y reverenciado es por el palio que usa y no solamente el solo lo trae mas el Patriarca, y primado (Roman 1575: 168).

Tais formas de reconhecimento político-social são ideias e descrições de processos histórico-culturais com valor plurissignificante, que é possível considerar pelas fortes vertentes religiosas e de longa duração. Um tópico que, por um lado, está ligado à ambiciosa questão colocada em 2017 no âmbito da 19.ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra «*Quem somos?*». Por outro, relaciona-se com o facto de a palavra «identidade» ter entrado fortemente na discussão do dia-a-dia, passando da nomenclatura das ciências sociais à linguagem de uso quotidiano. Nesse processo, o fator religião para definir identidades coletivas ou individuais tem um lugar importante, que a abordagem histórica permite tratar considerando permanências e mudanças. O itinerário analítico proposto neste estudo, centrado sobre aspetos de história institucional e socio-cultural da Igreja, possibilita a articulação de um discurso sobre a ritualidade política promovida pelo clero católico português da Época Moderna. Um processo

(2) Para o episcopado da diocese de Viseu da Época Moderna, as descrições sobre as entradas dos prelados são mais pormenorizadas a partir de 1599, alcançando o ponto áulico com a documentação relativa ao bispo D. Júlio Francisco de Oliveira, no ano de 1743.

cuja dimensão histórica é evidente ainda hoje: quer como herdeiros daquele património político, sociocultural e confessional; quer como produtores de novas heranças, crenças e mentalidades, num contexto multicultural fortemente acelerado; quer pela comunicação e informação veiculada pelas redes sociais; quer ainda pela heterogeneidade das imagens usadas ou manipuladas e que acompanham essas dinâmicas.

Para voltar ao tópico principal das pesquisas sobre a identidade do poder religioso na Época Moderna, de facto, ao conjunto de estudos referidos no *incipit*, centrado sobre a morfologia do solene rito episcopal e a exegese dos elementos estruturais e simbólicos (dos gestos, da linguagem, dos signos), é preciso acrescentar as investigações que compõem o volume, editado em 2002, com o título *Religious ceremonies and images: power and social meaning (1400-1750)*⁽³⁾. Também esse é outro eloquente ponto de partida historiográfico para articular a proposta de análise, através dos dispositivos cerimoniais e das imagens produzidas ou usadas nesses contextos comunitários: tempos efémeros de ritualidade coletiva, mas com elevada capacidade legitimadora, seja das autoridades eclesiais, seja das civis.

Nessas manifestações particulares de reconhecimento e de consagração da autoridade suprema da religião a nível diocesano e na esfera política, também as cores, os atributos de poder e de jurisdição, as emoções despertadas em espaços simbólicos contribuía para tornar eficaz a sequência ritual de incorporação nas estruturas periféricas de governo. Portanto, descodificando esses elementos materiais ou imateriais, estéticos e emocionais, que retêm a atenção das testemunhas – ou que foram relatados nos documentos chegados até aos nossos dias – pretende-se contextualizar, por um lado, a complexa construção dramática desses momentos, inseridos numa conjuntura evidenciada há décadas pela historiografia, como a incorporação de Portugal na monarquia católica (Silva – Hespanha, 1992); por outro lado, pretende-se dar relevo à autoridade reconhecida a um grupo social preeminente, como foi o

(3) Coordenado por José Pedro Paiva, o volume conta com 22 estudos de historiadores nacionais e internacionais (H. Schilling, D. Rando, M. Elbel, A. Blazquez, M. A. Visceglia, M. Boiteux, R. Pochia Hsia, F. Palomo, J. Pollmann, M. Crâciun, I. György Tóth, M. Derwich, M. L. Candau, S. Ehrenpreis, M. Scholz-Hänsel, A. C. Araújo, P. Cardim, A. Lavrov, M. Greengrass e J. P. Paiva), centrados sobre áreas europeias como República Checa, Espanha, Península Itálica, Portugal, França, Transilvânia, Polónia, Rússia e China, situados entre as épocas medieval e moderna.

episcopado português (Paiva 2006c; 2011a: 311-418). Esse era um corpo forte e compacto, cujo poder era exercido no âmbito jurídico, cultural, social, económico, religioso, teológico, mas cuja jurisdição necessitava de atos de visibilidade pública para que se pudesse conhecer e reconhecer. Com um papel múltiplo, essa elite política estava fortemente vinculada ao princípio do indigenato, assente assim em eclesiásticos autóctones, também no período da integração de Portugal na monarquia hispânica (1581-1640). Para além dessa especificidade (Paiva 2006c: 357-446), o exercício do poder e da jurisdição episcopal foram regulamentados de maneira incontornável através das decisões conciliares estabelecidas em Trento (1545-1563), assim como através de uma articulada literatura jurídico-comportamental que, entre os séculos XVII-XVIII, perfilava a imagética dos prelados e da sua representação multifacetada, identificada entre modelos de apóstolo, de pastor, de pai, de santo, de político e de ilustrado (Alberigo 1985, 71-91, Tellechea Idígoras, 1997: 207-223; Paiva 2006c: 111-139).

2. Memórias legitimadoras

Ao contrário do que foi já realizado através de estudos apurados, que partiram de um impressionante conjunto de entradas luso-europeias com o intuito de definir um modelo comum (Paiva 2006a) e que propuseram uma interpretação evolutiva da solene «*liturgy of power*» entre a época pós-tridentina e das Luzes, o presente estudo centrar-se-á apenas num único momento da cerimónia solene do final do século XVI, relativa ao arcebispo de Braga, D. Fr. Agostinho de Jesus. Esta análise configura, pois, uma *reductio ad unum* focada numa fase específica desse momento de incorporação no amplo território de jurisdição, considerada invulgar pela atenção consagrada ao simbólico ato executado *extra moenia civitatum*, assim como pelos espaços evocados. Para além das cidades de Coimbra, do Porto e de Braga, interessará considerar outro núcleo político-eclesiástico, a vila e o Convento de Cristo, em Tomar (fig. 2). Note-se que, geralmente, estas duas últimas paragens não integram os itinerários das viagens episcopais até à Igreja arquiépiscopal, entre os séculos XVII-XVIII (Paiva 1993: 124-126; 2006a; Nestola 2014: 167-185). Da mesma forma, são também invulgares as emoções despertadas no ator principal durante a cerimónia de atribuição do pálio que se seguiu à consagração do prelado (Lisboa, 3 de janeiro de

1589), antecipando o ritual da entronização na catedral bracarense (8 de março) (Roman, *Cód 603*: 192v-194r).

Para além desses aspetos, a importância deste episódio biográfico é intensificada pelo valor extraordinário, a nível documental e cronológico, comparativamente às memórias de congéneres atos episcopais conhecidos (Paiva 1993: 121; 2011: 191; Nestola 2016: 116). Ao invés das relações geralmente impressas dos séculos XVII-XVIII, centradas sobre a viagem e o rito comunitário, neste caso dispomos de dois documentos de épocas diferentes, ambos incluídos nas biografias do ilustre prelado. O documento mais antigo é constituído por um texto manuscrito, datado de 1592 (*Cód. 603*: 193r-194v), referenciado em 1932 por José Augusto Ferreira, mas ainda inédito (Ferreira 1932: III, 77). Um texto que se insere numa obra mais ampla sobre a Igreja metropolitana de Braga e que se distingue também pelo facto de ter sido redigido em castelhano pelo cronista da ordem, Fr. Hieronimo Romano⁽⁴⁾. Conhecido também como Fr. Jerónimo Roman, esse confrade e colaborador próximo do prelado agostiniano foi testemunha ocular, quer da viagem entre Lisboa e Braga, quer do ato solene de entronização. Particularmente prolífico numa época de forte bilinguismo castelhano/português (Buescu 2004), o autor e testemunha cerimonial lembrou, ao longo da sua produção literária, o ato solene a que assistiu (*História da Inclita*, 2008: 75-77): uma evocação que contribuiu para legitimar o valor político, social e jurisdicional dessa Igreja metropolita e dos seus protagonistas.

O outro documento conhecido foi editado, em 1635, por D. Rodrigo da Cunha (1635: II, 405-406), exímio sucessor, entre 1627 e 1635, na cátedra episcopal de Braga e autor de extensas obras de história eclesiástica (Barbosa Machado 1752: III, 641-646). Porém, o erudito canonista português parece ter consultado fontes diferentes relativamente ao relato do teólogo Roman. Saliente-se também o facto de dispormos de uma pormenorizada relação da entrada do ilustre prelado D. Rodrigo da Cunha na cidade bracarense (*Relação do recebimento*, 1627). Legitimadora do poder episcopal, tal cerimónia foi considerada justamente como paradigma dessa tipologia de ato público, sendo consumada segundo os rituais das entradas régias e, sobretudo, após

(4) Hieronymo Romano, conforme a indicação do manuscrito em microfilme na Biblioteca Nacional, *Cod. 603 La metropoli de Braga*, mais conhecido como Jerónimo Roman (1536?-1597), foi autor de obras heterogéneas, quer sobre a congregação agostiniana, quer sobre outros assuntos pertencentes à História de Portugal (Cardoso Pinto 1932).

a edição do tratado *Caeremoniale episcoporum* de 1600 (Paiva 2002a: 36). Esse era o texto litúrgico em latim publicado durante o pontificado de Clemente VII para uniformizar a celebração dos ritos principais de todos os territórios da Igreja Católica, protagonizados pelos antístites. Contudo, quer a memória da entrada solene de D. Rodrigo da Cunha, quer o texto pontifício são posteriores ao relato produzido pela testemunha ocular da jornada até Braga.

O texto manuscrito e o impresso constituem olhares cruzados sobre um único evento e seus participantes. Conforme narrativas complementares, os dois autores veiculavam memórias legitimadoras entre públicos mais ou menos amplos. Apesar de se tratar de documentos biográficos de épocas diferentes, as duas narrativas ofereciam «un buen exemplo», segundo Fr. Hieronimo Romano (*Cód. 603: 195r*). Ou seja, esses relatos representavam um modelo edificante, delineando um padrão identitário que refletiria a qualidade de antístite bracarense: isto é, de arcebispo e primaz das Espanhas, o título mais prestigiado de Portugal entre o século XVI e primeira metade do século XVIII (Marques 2000: 221-253; Clemente 2000: 104-106). Por outro lado, esses exemplos literários, juntamente com um discurso imagético baseado nas galerias pintadas ou representadas em ciclos azulejares, pretendiam expor figuras emblemáticas das hierarquias eclesiásticas, das quais se poderiam orgulhar, perante outras ordens religiosas ou instituições da Igreja e da sociedade (Nestola 2014; 2016). Para além dos exemplos literários da biografia considerada, o painel decorativo do conjunto azulejar da segunda metade do século XVIII, localizado no Refeitório do Convento de Nossa Senhora da Graça em Lisboa (Simões 2010: 291-294), configura um importante exemplo. Nesse espaço, onde morou D. Fr. Agostinho de Jesus, o prelado é representado vestido com os hábitos da Ordem e identificado com o pálio (fig. 1), a distintiva insígnia que lhe foi atribuída durante a cerimónia organizada no Convento de Cristo, em Tomar.

3. A escolha filipina de um frade agostiniano

Antes de aprofundar a interpretação do evento cerimonial protagonizado pelo prelado agostiniano, é preciso relembrar o seu *curriculum* e as cronologias do ato solene: dois aspetos que contribuem para evidenciar outros elementos identitários – individuais e coletivos – refletidos nesses relatos episcopais, reveladores de dinâmicas políticas específicas. Perce-

*«Com grande solenidade e muitas lágrimas»:
Ênfase litúrgica, dramaturgia, identidade do poder e da jurisdição episcopal (sécs. XVI-XVIII)*



Fig. 1. D. Fr. Agostinho de Jesus,
Refeitório do Convento de Nossa Senhora da Graça, Lisboa,
segunda metade do século XVIII.

bem-se, por um lado, processos diretamente ligados à história portuguesa no contexto da monarquia dos Áustria e da Península Ibérica (Cardim: 1998; Palomo: 2004) e, por outro, dinâmicas confessionais resultantes da difusão da Reforma protestante no Norte da Europa, nomeadamente na Alemanha, onde o teólogo desenvolveu importantes cargos no interior da Ordem. Podemos até conjecturar que, reparando nesses elementos biográficos, fenómenos fisiológicos dificilmente visíveis e com frágeis vestígios históricos como as lágrimas se tornam gestos emocionais mais claros e consistentes (Curto 2011: 181-185, 190-202): indícios líquidos que remetem para a esfera das emoções espirituais e sensoriais de um indivíduo, refletindo reações arquetípicas encenadas nessa cerimónia.

Fr. Agostinho de Jesus – no século Pedro de Castro (1537-1609) –, membro de uma ilustre família ligada aos círculos monárquicos, foi educado entre Coimbra e Lisboa, onde mudou o nome e tomou o hábito dos Eremitas pela mão de Fr. Luís de Montoia (Cunha: 1635, 401; Ferreira, 1932, 73). Ligado a esse eminente reformador espanhol, superior do Colégio conimbricense de Nossa Senhora da Graça e confessor da rainha D. Catarina, o frade português cedo se distinguiu como invulgar teólogo, fazendo uma brilhante carreira no interior da Ordem, como prior de Vila Viçosa (1566), como reitor do convento de Coimbra e, ainda, como provincial de Portugal nos anos 1570-72 e 1582-84 (*Cód.* 603: 188r-v; Barbosa Machado, I, 61-63). Partindo de Lisboa, onde foi prior do Convento da Graça, seguiu em 1575 para Roma e, a pedido do imperador Rodolfo II, em 1579 foi nomeado pelo papa Gregório XIII como reformador de todas as províncias da Ordem na Alemanha, Bavaria e Bohemia (*Ordem dos eremitas*: 309). Finalmente, conquistou a estima e a admiração do imperador e da imperatriz, que o escolheram como seu pregador. Para além dos anos passados nos territórios afetados mais diretamente pela Reforma protestante, outros aspetos concorreram para conferir fama a esse douto, experiente e virtuoso frade, entre a Península ibérica, o Mediterrâneo e o Oceano oriental. Fatores importantes relativos às extensas redes sociais internas e externas da Ordem, antigas ou de mais recente definição, entrelaçaram-se entre família natural, espiritual/regular e política, favorecendo a escolha do prelado para a mais prestigiada cátedra episcopal portuguesa dos finais do século XVI. De facto, foi uma indigitação fora do padrão na conjuntura do governo filipino, uma vez que não se alinhou com os pareceres mais favoráveis dos intervenientes no processo de decisão (Paiva 2006c: 220, 377-380). Conforme foi evidenciado com base na documentação espanhola,

o preeminente teólogo foi apresentado pelo vice-rei de Portugal em último lugar dentro de uma lista de candidatos (Paiva 2011c). Contudo, Felipe II indigitou esse religioso tão débil, que disputava o benefício com um prelado de confiança, experiente, oriundo das fileiras do clero secular e que tinha circulado noutras circunscrições, protagonizando um processo ascensional gradual (Paiva 2006c: 387-388). Apesar de serem requisitos normalmente muito valorizados pela decisão régia, nos anos em que o processo se tornava mais formal e institucionalizado, esses traços curriculares não tiveram peso no caso de D. Fr. Agostinho de Jesus, que acabaria por ser confirmado e preconizado pelo papa Xisto V, no dia 13 de junho de 1588, de acordo com a documentação consistorial romana (Paiva 2011c).

Pese embora o facto de o território da metrópole bracarense ser muito extenso para um prelado cuja carreira fora fundamentalmente desenvolvida no interior da ordem religiosa, o candidato tinha mostrado ser capaz de ultrapassar os problemas jurisdicionais das diferentes províncias agostinianas, quer no território da Europa setentrional, quer na Península ibérica. Para além desses aspetos político-territoriais, que confluíam nos projetos de reforma das ordens religiosas de Felipe II e do papado, pode-se acrescentar uma questão específica relativa à preeminente dignidade alcançada pelo frade e associada à sua nomeação: por causa de uma antiga e inacabada querela, os arcebispos de Braga disputavam com os congéneres de Toledo o título de primaz das Espanhas (Marques: 2000, 225-228), o qual representava um motivo de invulgar prestígio jurídico-territorial e tornava, obviamente, ainda mais complexo o processo de decisão entre núcleos políticos. Entre outros fatores, também os círculos áulicos consideravam a diocese vaga como adequada ao estatuto do novo titular e, como foi bem demonstrado, avaliaram pontos nevrálgicos das características curriculares para além das virtudes pessoais do agraciado, que o sintonizavam com o ideal de bispo-pastor particularmente apreciado pelo rei Felipe II (Paiva 2006c: 230).

Na conjuntura de final dos anos Oitenta, a seguir à incorporação de Portugal nos domínios dos Áustria, num ambiente de intenso antagonismo político entre castelhanos e portugueses, a preeminente indigitação do agostiniano teve de ser cuidadosamente pensada. Lembre-se o quanto este cargo era cobiçado pelos pretendentes lusos e pelos seus apoiantes; e tinham ainda de se ponderar as reações de Roma, pois os membros da Cúria papal podiam vetar a escolha filipina de candidatos com características menos honrosas, como por exemplo a ilegitimidade, como sucedia

com o experiente bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, que também concorria para aquele benefício (Paiva 2005: 225-253; 2006c: 278). Finalmente, a escolha tinha que validar de maneira veemente o compromisso assumido pelo rei Felipe II nas Cortes de Tomar (16 de abril de 1581), centrado no princípio do indigenato para a escolha do clero episcopal (Paiva 2006c: 358), de maneira a que o novo soberano correspondesse também ao apoio recebido da parte de setores importantes das hierarquias episcopais portuguesas para chegar até à incorporação de Portugal na monarquia hispânica (Cardim 1998: 106-108; Paiva 2006b).

Talvez seja este o conjunto de elementos que, para além de indiciar as manobras que guiavam as escolhas episcopais nos primeiros anos do reinado filipino, permite formular algumas conjecturas sobre a invulgar paragem do arcebispo recém-sagrado e da sua comitiva no Convento de Cristo.

4. A posse do poder jurisdicional

Durante o itinerário iniciado em Lisboa no dia 18 de fevereiro de 1589, Tomar foi o local da primeira paragem do arcebispo, consumada no dia que coincidia com o aniversário da festividade da cátedra de S. Pedro (22 de fevereiro). Esta tratou-se, possivelmente, de uma etapa estratégica, com motivações de decoro organizativo correspondente à cerimónia solene ali celebrada e que reunia, antes de mais, coincidências jurídico-territoriais entre o monarca que distribuía aquelas dádivas remuneratórias e o prelado escolhido nesse quadro da economia das mercês (Olival 2001: 17-32; Paiva 2006c: 94). De facto, o rito de instituição da autoridade arquiépiscopal de D. Fr. Agostinho de Jesus foi celebrado no convento da ordem militar onde se consumou também o juramento de Felipe II, em 1581. A paragem litúrgica do arcebispo contribuiu para traçar a serpenteante topografia da sua ritual jornada (*Cód. 603*: 193rv-194rv): partindo do simbólico centro da ordem militar, o itinerário prolongou-se, nos dias seguintes, pelo amplo território de jurisdição, como Coimbra (2 de março), Porto (6 de março) e Santiago de Antas (7 de março), até chegar a Braga, no dia 8 de março (fig. 2).

Foi no espaço litúrgico da charola do Convento de Cristo que o prelado recebeu o pálio, a banda distintiva, sinal de jurisdição e da elevada dignidade alcançada. Esta faixa simbólica foi-lhe atribuída na instituição

«Com grande solenidade e muitas lágrimas»:
Ênfase litúrgica, dramaturgia, identidade do poder e da jurisdição episcopal (sécs. XVI-XVIII)



Fig. 2. Reconstrução das etapas da jornada do Arcebispo, baseada no *Mapa de Portugal* de Fernando Álvaro Seco, 1561.

cujos términos eram *nullius diocesis*, e, portanto, isentos da autoridade episcopal. Contudo, conforme advertiu o cronista Fr. Hieronimo Romano: «Uso aqui el arçobispo de la autoridad de primado» (*Cód.* 603: 193v), de tal modo que se ultrapassou a norma da isenção episcopal, reforçando-se, porém, a eficácia simbólica da cerimónia de atribuição jurisdicional. Na vila sujeita à ordem militar, assim como em todos os centros diocesanos encontrados, o recém-consagrado ofereceu uma autorrepresentação do seu poder aos distintos corpos sociais e territoriais. Tendo sido convidados a participar e a manifestar o consenso comunitário, esse, contudo, nem sempre foi imediato, conforme se verificou nos atos de acolhimento efetuados pelos bispos sufragâneos, D. Afonso de Castelo Branco e D. Fr. Marcos de Lisboa. Estes, protegidos por antigos privilégios, renderam-se às diferentes modalidades de submissão devidas ao metropolitano, demorando a sua participação pessoal durante as cerimónias públicas organizadas em Coimbra e no Porto (*Cód.* 603: 103rv; Cunha 1635: 405-406). No caso da cidade universitária, até foi questionada a etiqueta com a qual deveria ser

recebido o prelado de estatuto superior, conforme evidenciaram ambos os biógrafos em narrativas complementares.

Contudo, a eficácia simbólica do ato celebrado no Convento de Cristo e a superioridade jurídica do arcebispo recém-eleito manifestaram-se nas cidades sufragâneas, no centro metropolitano e, ainda, no termo da vila de Tomar, qualificando a identidade específica dos eclesiásticos participantes assim como as suas diferentes hierarquias. Essas taxonomias do campo político-religioso e da organização administrativa da geografia eclesiástica (Paiva 2000 a-b: 187-199; 294-306) tornavam-se inequívocas com a atribuição da emblemática faixa. Enquanto instrumento extraordinário de «integração social» (Bourdieu 1977), juntamente com outros objetos ornamentais, o pálio contribuía, na prática, para a materialização desses poderes, favorecendo a visualização das distinções e das competências jurisdicionais num universo fortemente competitivo, fosse na esfera eclesiástica, fosse na civil.

O antigo ornamento litúrgico era distintivo dos pontífices, e por eles era atribuído também a patriarcas, a arcebispos ou, em casos particulares, a bispos. Entre os séculos XVI e XVIII, tratados jurídico-teológicos ou litúrgicos e obras literárias com outras finalidades debruçaram-se sobre esta insígnia instituída pelos apóstolos (Roman 1575: 167-169; *Caeremoniale episcoporum* 1651: 96-100; Andrade 1671: 59-61; Bluteau 1720). Essa faixa de lã branca, bordada com cruces de seda preta e cuja forma evoluiu ao longo do tempo, era posta sobre as vestes pontificais, circundando os ombros do recém-sagrado (Roman 1575: 168). Tratava-se, portanto, de um sinal pessoal que reunia significados teológicos, retomando a ideia do Bom Pastor e refletindo o significado do cargo pastoral, símbolo de infinita caridade e de justiça. De resto, sobretudo na época barroca, os textos exaltaram as finalidades dessa insígnia como emblema das múltiplas virtudes exercidas pelo eleito ao longo do seu múnus sacerdotal. Uma produção literária e até imagética da representação de preeminentes prelados, a qual, em Portugal, teve de considerar também as polémicas suscitadas por outros objetos litúrgicos legitimantes, como o pálio-baldaquim (Alves s.d.: 69-71; Paiva 1993: 138-139; 2002: 36; 2011b: 199). Esta preciosa estrutura, «a modo de sobreceio de hum leyto» – segundo a definição do erudito padre Raphael Bluteau (1720: 205) – acompanhava processionalmente quer autoridades civis (como o rei), quer aquelas eclesiásticas (como os bispos), delimitando e sacralizando o perímetro entre o qual avançavam a cavalo o protagonista do rito e os acompa-

nhantes que traziam as varas. Aliás, o objeto litúrgico processional era cobiçado ou disputado por categorias sociais específicas do orbe católico, juntamente com outros elementos da cavalgada (Ginzburg 1987; Bertelli 1990:87-103; Paiva 2006a: 151; Nestola 2011). Em Portugal, não há notícias desses momentos de conflitualidade nos relatos de entradas episcopais. No entanto, o *pallio* tornou-se um assunto político muito debatido, a partir da primeira metade do século XVII, uma vez que os soberanos se arrogavam o seu uso para enaltecer a sua própria imagem, relativamente às autoridades episcopais que também pretendiam manifestar-se processionalmente com a mesma honra.

Tais aspetos evidenciam a função dos aparatos decorativos para comunicar uma diferença de estatuto entre esferas políticas diferentes. Neste caso, a faixa sagrada dos arcebispos tinha um significado jurídico específico: sem a sua atribuição, os prelados não podiam executar atos próprios da dignidade, como ordenar sacerdotes, crismar, ou convocar concílios; nem tinham a plena autoridade na sua província sobre os sufragâneos (Andrade 1671: 64-66). Nesse quadro jurídico-cerimonial que favorecia e media as relações de poder, de estatuto e de hierarquia entre grupos, a preeminente vestimenta litúrgica identificava a pessoa e as funções por ela executadas. Nesse sentido, é também eloquente um texto de Fr. Hieronimo Romano, de 1575, poucos lustros antes da cerimónia tomarense:

Es de tanta esencia el palio que ninguno se puede llamar Patriarca o primado o Arçobispo si primero no tiene el palio, ni puede sin el usar de su officio aunque sea Obispo consagrado, y si uno es criado en Arçobispo de Santiago y para aquella yglesia le dan el palio, quando lo passan a otro Arçobispado de Sevilla o de Toledo, dicen que ha de recibir para aquella nueva yglesia otro palio (Roman 1575: 168).

Este trecho fornece um exemplo prático do uso da insígnia, em simultâneo com a explicitação dos significados teológicos evocados pelas indicações territoriais: para além de ligar o objeto litúrgico ao seu possuidor, refletia intimamente a união entre autoridade consagrada e Igreja/Esposa, pela qual o prelado era escolhido. Portanto, um território eclesiástico específico era identificado com o ornamento pessoal da jurisdição episcopal. Não é casual o facto de, no formulário dirigido ao papa, o recém-eleito pedir o pálio *instanter, instantius et instantissime*, ou seja «a priessa, y com mucha priessa y con grandíssima priessa» (ib.).

Com base também nesses exemplos coevos da cerimónia de Tomar, é possível formular uma definição desse objeto litúrgico simbólico e, na linha evidenciada por Pierre Bourdieu (1993: 111-123), considerar a sua atribuição como um ato institutivo de identidade socio-territorial.

5. Arquétipos religiosos: uma essência identitária

Continuando a seguir a linguagem de Pierre Bourdieu, essa «con-sagração mágica» permite, possivelmente, conjeturar também sobre as extraordinárias reações despertadas no protagonista do rito. Emoções possíveis de detetar nas palavras de D. Rodrigo da Cunha: «Em Tomar no Convento da Ordem de Christo [D. Fr. Agostinho de Jesus] recebo o pállio, de mão do seu Bispo de anel, com grande solenidade & muitas lágrimas que derramou na consideração do que nelle se significa» (Cunha 1635: 405).

Este trecho corrobora quanto já foi exposto, evidenciando como o lugar, a insígnia e o prelado que celebrou o ato solene legitimavam política e socialmente a preeminente dignidade atribuída ao teólogo agostiniano. No entanto, as «muitas lágrimas» evocadas pelo erudito canonista traduzem uma forte discordância relativamente ao seco relato da testemunha Fr. Romano, mais prolixo quanto a outros aspetos legitimadores. Centrando-nos nesses documentos, não podemos comprovar se realmente o novo arcebispo manifestou essa invulgar reação emocional. Um gesto emotivo que podia acontecer, considerando que nesse tipo de relatos são referidas outras emoções coletivas ou individuais como júbilo, maravilha, até medo e horror, conforme referem os panfletos impressos dos séculos XVII-XVIII (Paiva 2006a: 156; Nestola 2016: 116). Não se deve excluir também a componente pessoal de o biógrafo D. Rodrigo da Cunha ter recebido, igualmente, o pálio na Sé do Porto, no dia 13 de maio de 1627 (*Relação do recebimento*: 1r), quando foi promovido à cátedra bracarense. Aparentemente de pouco valor, essa coincidência cerimonial é característica da carreira dos dois arcebispos primazes, que se formaram em Coimbra e que seguiram um diferente *cursus* jurídico-teológico-geográfico, alcançando o prestigiado título por volta dos 50 anos de idade. Talvez a enfática descrição seja reveladora das refinadas e próximas sensibilidades dos dois arcebispos, recrutados respetivamente entre o clero regular e o secular. Assim, os diversos estatutos entre os

dois biógrafos (Cunha e Romano) indiciam as divergências narrativas das reações do metropolitano durante a atribuição do pálio.

Seja como for, as lágrimas derramadas pública e profusamente por D. Fr. Agostinho de Jesus constituíam um signo corporal que refletia, talvez, outras reações, enquadrando-se num modelo comportamental específico. De facto, para além dos aspetos ligados aos eventos cerimoniais, é preciso considerar que a Ordem onde foi recrutado o protagonista tinha em Santo Agostinho um arquétipo excelente. Eis como um facto de pura fisiologia religiosa se torna uma questão de psicologia (Adnès 1976), possibilitando ulteriores interpretações desse episódio do arcebispo agostiniano e do seu erudito biógrafo. Essa ligação entre modelo comportamental e contexto histórico-social é detetável, desde logo, no perfil do prelado, quando foi consumado um momento fulcral da biografia de D. Pedro de Castro/Fr. Agostinho de Jesus: o ingresso na Ordem religiosa e a mudança do nome atribuído por Fr. Luis de Montoya. Nas palavras de D. Rodrigo da Cunha: «Mudoulhe o padre frei Luis o nome de Pedro em Agostinho, quasi antevendo quam semelhante avia de ser a seu bemaventurado padre & fundador» (Cunha 1635: 405). Evidente até na homonímia, à luz desses traços especulares com o bispo de Hipona, não é de excluir uma forte componente hagiográfica nesse relato da primeira metade do século XVII. O santo patriarca constituía um arquétipo para noviços, assim como para quantos aspiravam ao título episcopal, ou seguiam naquele grave ofício. Numa época em que os padrões ideais de comportamento, como os «espelhos», abundavam, o exemplo de bispos e de santos bispos não era uma exceção (Buescu 1997; Paiva 2006c: 139-147). Ao contrário, estes exemplos constituíam um género bastante comum nos diferentes territórios europeus. No caso português, como bem evidenciou José Pedro Paiva, retomando o caso da obra do dominicano D. Fr. Bartolomeu dos Mártires considerada por Hubert Jedin: «Tal como para as correntes do humanismo da renascença, o mito de uma idade dourada do cristianismo primitivo que era premente recuperar marcou os ideais de reforma católica» (Paiva 2006c: 143). O exemplo edificante do santo bispo de Hipona, bem como o do papa Gregório, ou de Bernardo da Claraval, constituíam um apelo concreto ao regresso aos primeiros tempos da Igreja e aos seus exegetas bíblicos.

Modelos exemplares das hierarquias episcopais, esses autores escreveram obras fundamentais sobre a secreção lacrimal como estado emotivo-espiritual ligado à compunção. Textos da tradição ocidental que, possivelmente, foram lidos pelo culto D. Fr. Agostinho de Jesus, e dos quais o biógrafo D. Rodrigo da Cunha indicia a prática, através dessa referência emocional. Não é de excluir, porém, que o erudito canonista tenha recuperado nesse registo biográfico outra tradição lacrimal, ligada precisamente ao poder episcopal e ao seu múnus. Essa tradição apresentava figuras emblemáticas de bispos e até de pontífices que tinham rejeitado aquela dignidade, ou que a aceitaram depois de muitas pressões e de ponderadas meditações. O caso do santo de Hipona, estudado por Peter Brown no século passado (1967: 138), é exemplo disso, não obstante esse padrão comportamental ser mencionado também para autores contemporâneos de D. Rodrigo da Cunha. Entre estes, destaca-se o canonista português Agostinho Barbosa (1590-1649), com o seu volumoso tratado *Pastoralis solitudinis sive de Officio et potestate episcopi*. Esta obra monumental, editada muitas vezes a partir de 1623, referia as copiosas lágrimas derramadas durante a ordenação do homónimo santo patriarca (Barbosa, 1724: 54).

Outro virtuoso exemplo era aquele mais próximo da Igreja de Braga, que tinha em D. Fr. Bartolomeu dos Mártires um incontornável espelho. De facto, conforme a biografia de 1619 de Fr. Luís de Sousa (1984: 45-50), este «Santo Arcebispo» dominicano manifestou uma reação análoga ao aceitar a dignidade. Nesse caso, o religioso lisboeta seguiu o exemplo do confrade Santo Antonino, arcebispo de Florença, que também «foi levado ao bispado, como se fora a ser martirizado» (ib.: 47).

Enfim, reparando em todos estes elementos de tradição biográfica ou exegética, é difícil discernir até que ponto as «muitas lágrimas» foram derramadas pelo recém-consagrado arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus enquanto gesto de aflição, de emoção ou, possivelmente, como expressão da graça de Deus e de amor por Ele. Tão pouco permitem distinguir se representaram uma linguagem corporal que retomava as tradições hagiográficas, que corroboravam a importância do cargo recebido e a dificuldade em aceitá-lo. No limite entre *gratia lacrimarum* e alegria espiritual, ativada pela meditação que tinha nos ambientes monásticos medievais um viveiro fértil (Nagy 2000), essas lágrimas

religiosas refletem, porém, uma condição emotiva plurifacetada como compaixão, gratidão, até emoção estética, ou, melhor ainda, meditação estética (Niccoli 2011). Processos mentais complexos que podiam ser ativados pelo rito cerimonial e o espaço da sua encenação, mas que dificilmente são possíveis de captar e de distinguir de maneira definitiva ou unívoca.

Com efeito, de acordo com as palavras da testemunha ocular Roman: «hiçose este acto com mucha solenidad, porque como el convento es todo Real y tiene las cosas necessárias para el culto divino, todas sirvieron aqui com mucha magnificência» (*Cód.* 603: 193r). O Convento de Cristo foi o grande cenário do rito simbólico de investidura que se consumou no deambulatório da charola, ao pé de um dos altares desse espaço sagrado. O contexto arquitetónico, a policromia pictórica, o brilho dos acessórios litúrgicos eram realmente únicos naqueles anos, antes de o edifício se converter num novo estaleiro de obras do período dos Filipes (Jana 1990; Pereira 2003). Desde a época manuelina, as intervenções na rotunda foram tão intensas que criaram uma verdadeira «obra de arte total como não existia outra em Portugal antes do Barroco» (Afonso 2014: 106). De forma integrada e brilhante, a pintura mural e de cavalete, a escultura em pedra ou em talha dourada, os vitrais, interagem numa policromia invulgar. No deambulatório, o registo intermédio era ornamentado com as tábuas do pintor régio Jorge Afonso, com a pintura da *Entrada de Cristo em Jerusalém* (fig. 3). Realizada entre os anos 1510-1515, essa representação é uma pintura muito bem conhecida pela historiografia, juntamente com a sequência iconográfica da vida pública e gloriosa de Cristo (Rodrigues 2009: 83-85).

Nesta investigação não se considerará o significado iconográfico e iconológico, porquanto centrámos a atenção em aspetos mais alusivos à tradição cerimonial. De facto, seguindo o já demonstrado por Sergio Bertelli (1990: 55-86), Maria Antonietta Visceglia (2002: 53-117) e José Pedro Paiva (2006a: 152-154), a cena bíblica referente à entrada messiânica constitui a arqueologia da cerimónia papal, que influenciou também a congénere liturgia episcopal. Aliás, na sequência do que acontecia no centro do catolicismo, a cerimónia do *adventus novi episcopi* integrava «a trasfiguração dos triunfos antigos» da Roma imperial (Visceglia 2002: 54). O rito, durante a Época Moderna, modificou-se profundamente, refletindo não só uma mudança cultural, mas também religiosa e política



Fig. 3. Jorge Afonso, *Entrada de Cristo em Jerusalém*, 1510-1515, Deambulatório da Charola, Convento de Cristo, Tomar.

da autoridade pontifícia e, a nível diocesano, do poder e da jurisdição do bispo. Neste artigo, não podemos aprofundar tais assuntos, que reservamos para um futuro próximo. Centrando-nos, porém, naquilo que foi evidenciado no estudo mais abrangente desse rito, os reflexos das cerimónias conforme a narrativa bíblica são evidentes nos excelentes exemplos de entronização do século XVIII: três entradas diferentes, realizadas de Norte a Sul de Portugal e nos espaços luso-americanos (Paiva 2006a: 153-154).

Complementando essas investigações precursoras que, entre final dos anos noventa e o início deste século, tiveram na Universidade de Coimbra um significativo centro de elaboração e propuseram sólidos modelos teóricos do cerimonial, descrevendo permanências ou mudanças na evolução do rito de entrada episcopal, baseando-se mais nas fontes escritas do que nas iconográficas, as futuras pesquisas sobre o itinerário deverão considerar a representação cerimonial de ascendência bíblica a partir do que «viram» os protagonistas e seus testemunhos. Deverão incluir, por exemplo, uma reflexão sobre a experiência imaginativa desencadeada nos espectadores por aquela poderosa imagem religiosa: uma representação bíblica colocada no Convento de Cristo em Tomar e que prefigurava a entrada de Pedro de Castro/D. Fr. Agostinho de Jesus tal como aquela de Jesus em Jerusalém.

Tratou-se, possivelmente, de um *omen/nomen* na consciência do teólogo que tomou o hábito dos agostinhos e que incorporou o nome que remetia para o santo patriarca. Enquadrada nessa linha onomástica, considerada como elemento básico identitário, a representação nominal do religioso refletia uma convicta adesão de fé que alcançava o seu ponto áulico na encenação da cerimónia. Aliás, no contexto do rito institutivo da jurisdição do arcebispo de Braga, o que interessa é tentar alcançar uma visão mental fundada na força dessa representação sacra. Encenado num contexto sagrado considerado como uma nova Jerusalém, o rito teve por protagonista o arcebispo que, na principal Igreja portuguesa, teria encarnado o agente principal daquela *joyeuse* entrada ali representada. Tratou-se, talvez, de um denso momento de reflexão para o virtuoso teólogo dos agostinhos. Inserindo-se perfeitamente no contexto da representação/auto-representação, assim como da afirmação e da publicitação do poder e da jurisdição episcopal nos anos a seguir à incorporação de Portugal na monarquia hispânica, esse articulado conjunto de fixações escritas teve profundos reflexos também nas representações do barroco português. É exemplo

disso o já referido ciclo azulejar do Convento da Graça em Lisboa, realizado na primeira metade do século XVIII (fig.1); ou outro conjunto decorativo coevo, como o do Convento de Torres Vedras, da mesma ordem religiosa mas consagrado a outro ilustre membro agostiniano (Nestola 2016, 124).

Para concluir, o percurso analítico apresentado enfatiza a importância da cerimónia institutiva celebrada no Convento de Cristo em Tomar no final do século XVI, assim como das componentes simbólicas, jurídicas e emocionais encenadas. Para além de um rito comunitário de elevada consagração política e de um ato comunicativo com evidentes significados identificativos, trata-se, antes de mais, de um dispositivo cerimonial que deve ser considerado, pelas polifacetadas implicações sociais, jurisdicionais, espirituais e psicológicas que envolve. Uma cerimónia legitimante enfática, na qual o agente protagonista, o espaço e as imagens litúrgicas se fundiam numa invulgar coincidência identitária.

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Biblioteca Nacional, Lisboa. *Cod. 603, La metropoli de Braga compuesto por Fray Hieronymo Romano, 1592, f. 192v, 194r.*

Fontes impressas:

Andrade, Lucas de (1671). *Acções Episcopaes tiradas do Pontifical Romano & Ceremonial dos Bispos*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa.

Barbosa, Agostinho (1724). *Pastoralis sollicitudinis sive de officio et potestate episcopi*. Lugduni: Anisson & Posuel.

Barbosa Machado, Diogo (1741-1752). *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, Ignacio Rodrigues, I- III.

Bluteau, Rafael (1720), *Vocabulario Portuguez & Latino, v. O-P*. Lisboa: Pascoal da Sylva.

Caeremoniale episcoporum Clementis Papae VIII et Innocentii X Jussu recognitum (1651). Roma Camerae Apostolicae.

Cunha, Rodrigo da (1635). *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varoens illustres*. Braga: Manoel Cardozo.

- História das Íclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis por Fr. Jeronimo Román*, (2008). Paula Pinto da Costa (coord.). Fund. António de Almeida.
- Ordem dos eremitas de Santo Agostinho em Portugal, ed. da colecção de Memória de Fr. Domingos Vieira*, OESA, (2011). Ed. Carlos A. Moreira Azevedo, UCP, Lisboa.
- Relação do recebimento e festas que se fizerão na Augusta Cidade de Braga...*, (1627). Braga: Fructuoso Lourenço de Basto.
- Roman, Hieronimo (1575). *Republicas del mundo*. Medina del Campo: Francisco del Canto.
- Sousa, Luis de (1984). *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires* [Introd. A. Pinto de Castro]. Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Movimento Bartolomeano: Lisboa, [1ª ed. 1619].

Estudos:

- Adnès, Pierre (1976). «Larmes», in *Dictionnaire de spiritualité, ascétique et mystique, doctrine et histoire*. Paris: Beauchesne, IX, 287-303.
- Afonso, Luís Urbano (2014). «De Rotunda a Charola: a etapa manuelina», in Ana Carvalho Dias, Irene Frazão (coord.), *A Charola do Convento de Cristo. História e restauro*. Lisboa, DGPC, 73-159.
- Alberigo, Giuseppe (1985). «L'episcopato nel cattolicesimo post-tridentino», *Cristianesimo nella Storia*, 6: 71-91.
- Almeida, Fortunato de (1930). *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa: Civilização.
- Alves, Ana Maria (s.d.). *As entradas régias portuguesas uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bertelli, Sergio (1990). *Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*. Firenze: Ponte alle Grazie.
- Bethencourt, Francisco (1994). *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- « – » (1992), «*The auto da fé: ritual and imagery*» in *Journal of the Warburg and Courtauld Institute*, 55: 155-168.
- Bourdieu, Pierre (1993), «Los ritos como actos de institución», in Julian Pitt-Rivers, J. G. Peristiany (eds.), *Honor y gracia*. Madrid: Alianza [1ª ed. ingl. 1992], 111-123.
- « – » (1977). «*Sur le pouvoir symbolique*», *Annales ESC*, 3: 405-411.
- Brown, Peter (1967). *Augustine of Hippo. A biography*. London: Faber.

- Buescu, Ana Isabel (2004). «Aspectos do bilinguismo português-castelhano na época moderna», *Hispania*, 64/1: 13-38.
- « – » (1997). «Um discurso sobre o príncipe. A 'pedagogia especular em Portugal no século XVI'», *Penélope*, 17: 33-50.
- Cantú, Francesca (coord.) (2009). *I linguaggi del potere nell'età barocca. 1. Politica e religione*. Viella, Roma.
- Cardim, Pedro (1998). *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos.
- Cardoso Pinto, Augusto. «Frei Jerónimo e os seus inéditos sobre História Portuguesa», in *Congresso das Associações Portuguesa Espanhola para o Progresso da Ciências*. Lisboa, 1932.
- Clemente, Manuel (2000). «Lisboa, Diocese e patriarcado de», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal J-P*. Lisboa: Círculos de Leitores: 93-113.
- Curto, Diogo Ramada (2011). *Cultura política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70.
- Dompnier, Bernard (dir.) (2009). *Les cérémonies extraordinaires du Catholicisme Baroque*. Clermont Ferrand, 2009.
- Ferreira, José Augusto (1928-1932). *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga: Ed. Mitra Bracarense, I- III.
- Ginzburg, Carlo (1987). «Saccheggi rituali. Premesse a una ricerca in corso», *Quaderni Storici*, 65, 22: 615-636.
- Jana, Ernesto (1990). *O convento de Cristo em Tomar e as obras durante o período Filipino*, 2 vols. Dissertação de mestrado em História de Arte. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Marques, João (2000). «Braga, arquidiocese», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal A-C*. Lisboa: Círculo de Leitores, 221-253.
- Nagy, Piroska (2000). *Le don des larmes au Moyen Âge*. Paris: Albin Michel.
- Nestola, Paola (2016). «'Dominará de mar a mar, desde o rio até às extremidades da terra'. Tópicos da comunicação do poder religioso nos testemunhos escritos e visuais luso-brasileiros (séc. XVI-XVIII)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16: 111-136.
- « – » (2014). «'Ecce Sacerdos Magnus': as entradas dos bispos nas dioceses de regio patronato. Uma comparação entre o vice-reino de Nápoles

- e os espaços portugueses», *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV série, 4: 167-185.
- « – » (2011). «Poder episcopal e saques rituais na periferia do Império: as solenes entradas dos bispos em Terra de Otranto (s. XVI-XVIII)», in *The Lower Nobility in the Iberian Empires of Ancien Regime International Congress*, Lisbon 18-21 March 2011, (IICT), (CHAM /UNL&UAç), (DGARQ)), Lisboa 1-23, <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/t7s1-03.pdf>. (Julho 2017).
- Nicoli, Ottavia (2011). *Vedere con gli occhi del cuore: alle origini del potere delle immagini*. Roma-Bari: Laterza.
- Olival, Fernanda (2001). *As ordens militares e o estado moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.
- Palomo, Federico (2004). «Para el sosiego y quietud del Reino. En torno a Felipe II y el poder eclesiástico en el Portugal de finales del siglo XVI», *Hispania*, 64/1: 63-94.
- Paiva, José Pedro (2016). «O episcopado», Idem (coord.), *História da diocese de Viseu 1505-1819*. Diocese de Viseu-Imprensa da Universidade de Coimbra, II,161-205.
- « – » (2011a). *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- « – » (2011b). «Ceremonial eclesiástico en el Portugal del siglo XVII», *Obradoiro de Historia Moderna*, 20: 175-196.
- « – » (2011c). «The appointment of bishops in Early Modern Portugal (1495-1977)», *The Catholic Historical Review*, 97/3: 461-483. Julho 2017.
- « – » (2006a). «A liturgy of power: solemn episcopal entrances in Early Modern Europe», in Heinz Schilling, István György Tóth (Eds.), *Cultural Exchange in Early Modern Europe, vol. I: Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- « – » (2006b). «Bishops and politics: the Portuguese episcopacy during the dynastic crisis of 1580», in *E-Journal of Portuguese History*, 4,2, <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/13571/1/Bishops%20and%20Politics%3a%20The%20Portuguese%20Episcopacy.pdf> (julho 2017).
- « – » (2006c). *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- « – » (2005). «A diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco». *Ciclo de Conferências Sé Velha de Coimbra: culto e cultura*. Coimbra: Oficina Gráfica, 225-253.

- « – » (2002a). «As festas de corte em Portugal no período Filipino (1580-1640)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2: 11-38.
- « – » (2002b), «Public Ceremonies ruled by the ecclesiastical-clerical sphere: a language of political assertion (16th-18th centuries)», in Idem (ed.) *Religious ceremonies and images: power and social meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, 415-425;
- « – » (2001). «Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)», in Istvan Jancsó- Iris Kantor (eds.), *Festa, Cultura & Sociabilidade*. São Paulo: Hucitec, 74-93;
- « – » (2000a). «Diocese e organização eclesiástica», in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, II, 187-199.
- « – » (2000b). «Geografia eclesiástica», in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. C-I. Lisboa: Círculo de Leitores, 294-306.
- « – » (1993). «O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)», *Revista de História das Ideias*: 15, 117-146.
- Pereira, Paulo (2003). *De Aurea Aetate. O coro do convento de Cristo em Tomar e a simbólica manuelina*. Lisboa: IPPAR.
- Rodrigues, Dalila (2009). *A pintura num século de exceção, 1450-1500*. Fubu Ed., [s.l.].
- Silva, Ana Cristina Nogueira da; Hespanha António Manuel, (1992). «A identidade portuguesa», in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Simões, J.M. dos Santos (2010). *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tellechea Idígoras, J. Ignacio (1997). «El obispo ideal según el Concilio de Trento», in Cesare Mozzarelli e Danilo Zardin (eds.), *I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina*. Roma: Bulzoni, 207-223.
- Visceglia, Maria Antonietta (2002). *La città rituale. Roma e le sue cerimonie in età moderna*. Roma: Viella.
- Visceglia, Maria Antonietta, Brice Catherine (eds.) (1997). *Cérémonial et rituel à Rome (XVIe-XIXe siècle)*. Rome : École Française de Rome.